

INFÂNCIA MARGINALIZADA E DELINQUENTE NA 1.^a REPÚBLICA (1910-1926) – DE PERDIDOS A PROTEGIDOS... E EDUCADOS

ERNESTO CANDEIAS MARTINS
COIMBRA: PALIMAGE, 2014

Passeando-se pelos pouco delimitados campos da História da Educação, História Social da Infância e História da Assistência à Infância, Ernesto Candéias Martins procura, na obra *Infância Marginalizada e Delinquente na 1.^a República (1910-1926) – De Perdidos a Protegidos... e educados*, preencher um espaço que demora em ver-se alvo da devoção dos investigadores destas áreas temáticas. De facto, esse é o postulado enunciado desde logo numa introdução demorada, que procura clarificar princípios, conceitos, questões de partida e objetivos. Ficam também evidentes as fontes e documentos arquivísticos consultados, assim como a estrutura deste livro que, em mais de quatrocentas páginas, se distribui por três capítulos que procuram manter uma coerência em torno da utilização de um termo que pode ser controverso, mas que não deixa de ser intitulado: «dispositivo».

Escasseiam, pois, os estudos historiográficos da História da Infância, da educação, da assistência e proteção, principalmente no referente à «OUTRA» infância, a «sem voz» e «sem vez» nessa época.

Assim, num primeiro capítulo, procura-se traçar um breve panorama sobre os paradigmas da delinquência, espelhados nas diversas escolas e enfoques que se desenvolveram ao longo dos tempos; o sistema jurídico para a infância, no que se refere em particular à «Lei de Proteção à Infância» de 1911; e sobre os mecanismos e instrumentos criados na esteira deste novo quadro legal que prevê a indispensabilidade de tribunais (tutorias) próprios para julgar os delinquentes infantis – colocando Portugal, acompanhado da Bélgica, na van-

guarda da Europa no que a esta matéria se refere.

O segundo capítulo discorre em torno de duas perspetivas relacionadas com a proteção assistencial e socioeducativa da infância: a perspetiva assistencial e a perspetiva jurídico-social. Na primeira, atende-se às situações de intervenção preventiva da mendicidade, do abandono e do desvio social, às políticas sociais e assistenciais e aos contributos do desenvolvimento das novas ciências emergentes nos princípios do século XX. Na segunda, como o título indica, é à letra da lei que se lança um olhar mais atento, procurando compreender no âmbito jurídico o que se entende por menoridade, imputabilidade, discernimento e responsabilidade; e quais os serviços e instituições protetionais criados pela legislação.

A terceira parte deste trabalho faz um *zoom* a diversas instituições tutelares de menores desfavorecidos, em regime de internato ou semi-internato, de tipologia variável (detenção, recolhimento, assistência, educação, correção ou reeducação), dirigido a públicos diversos (órfãs, mendigas, abandonadas, anormais, delinquentes) mas com as mesmas intenções: (re)educar, amparar e proteger os «resíduos» da sociedade. Dá ainda um *lami*ré aos métodos educacionais no internato, que, com mais propriedade, devem ser entendidos como áreas disciplinares (instrução elementar, educação musical e canto, educação física e «ginástica pedagógica», trabalhos manuais pedagógicos e o desenho, etc.).

Mantendo a coerência estrutural que lhe é reconhecida pelo prefaciador Justino de Magalhães, os três capítulos terminam sempre com um corpo de anexos inéditos relacionados com as instituições tutelares estudadas. Quadros e

fotografias fornecem dados relevantes sobre os menores que frequentavam estes estabelecimentos, completando de forma numérica e visual o que as palavras deixaram menos claro.

Nas reflexões a reter, o autor enumera em cinco pontos o essencial deste trabalho, traçando um breve panorama sobre as práticas educativas circunscritas nas instituições correccionais e de assistência. Aqui, aproveita ainda para chamar a lume os nomes de diversos historiadores da educação, salientando a ausência de estudos sobre esta temática, lateral na investigação destes. Todavia, e apesar de mencionar que «academicamente surgiram vários estudos de investigação histórica sobre ‘expostos’, crianças abandonadas em zonas específicas do País, monografia sobre asilos, sociedades protetoras, acolhimentos, instituições assistenciais, tutorias, reformatórios e/ou educadores que dedicaram a sua vida em prol daquela infância»,

nota-se a ausência de referência e consulta de bibliografia recente, de âmbito académico ou extrauniversitário, que permitisse compreender que, apesar de «os marginais serem marginalizados», muito se percorreu nos últimos anos neste campo temático. Ignorar este esforço investigativo contribui para o isolamento efetivo de que esta área é vítima.

Obra de grande fôlego de investigação e pesquisa documental, a *Infância Marginalizada...* oferece ao leitor um ponto de chegada no que se refere à sistematização de legislação, à identificação de referências bibliográficas (anuários, imprensa, estudos) que constituem importantes fontes históricas e à contextualização evolutiva de conceitos basilares para a compreensão histórica da «outra infância».

CLÁUDIA RIBEIRO
(CITCEM/FLUP)